



Prefeitura Municipal de Itanhaém

Estância Balneária

Estado de São Paulo

GP 447/2024

Itanhaém, 18 de outubro de 2024.

CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA
BALNEÁRIA DE ITANHAÉM

PROTOCOLO

Recebido em 21/10/24

às 16:00

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, a fim de ser submetido ao exame e deliberação dessa Egrégia Casa Legislativa, o incluso projeto de lei, que dispõe sobre a instalação de estação rádio-base, estação rádio-base móvel e estação rádio-base de pequeno porte, no Município de Itanhaém, destinadas à operação de serviços de telecomunicações autorizados e homologados pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL.

A iniciativa decorre da indispensável necessidade de se disciplinar a instalação de equipamentos destinados à operação de serviços de telecomunicações de alta capacidade nos limites territoriais do Município, seja banda larga fixa via fibra óptica ou redes móveis de alta velocidade utilizando a tecnologia 4G, bem como as redes de quinta geração – tecnologia 5G –, atualmente em desenvolvimento e expansão no Brasil, de modo a otimizar a implantação da infraestrutura de suporte à instalação de redes de telecomunicações e, por conseguinte, atender a demanda gerada pela crescente utilização de serviços móveis de telecomunicações.

Cumprе observar, inicialmente, que o art. 21, incisos XI e XII, da Constituição Federal, asseguram à União a competência para explorar os serviços de telecomunicações e os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens, competindo também à União legislar sobre o tema por força do art. 22, inciso IV, do Texto Constitucional.

Autenticar documento em /autenticidade
com o identificador 370034003300360031003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

União para explorar e legislar sobre os serviços de telecomunicações e de radiodifusão, da competência municipal para ordenar o espaço urbano





Prefeitura Municipal de Itanhaém

Estância Balneária

Estado de São Paulo

estabelecendo as zonas de uso onde as estações rádio-base, estações rádio-base móvel e estações rádio-base de pequeno porte poderão ser instaladas, bem como os procedimentos a serem observados para a instalação de tais equipamentos e os órgãos competentes para efetuar o seu licenciamento e cadastramento, matérias que são objeto do presente projeto de lei.

A corroborar tal assertiva e o escopo do projeto cabe destacar: a) o art. 1º, que estabelece que a instalação de tais equipamentos fica disciplinada nos termos da lei, sem prejuízo do atendimento ao disposto na legislação federal pertinente; b) o art. 5º, “caput”, que regulamenta as zonas de uso do Município onde podem ser instaladas as estações rádio-base (ERBs); c) o § 2º do art. 5º, que estabelece que a ERB poderá ser instalada em qualquer logradouro, independente da sua largura; d) o § 3º do art. 5º, que determina a aplicação às ERBs dos parâmetros de incomodidade estabelecidos na Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo; e) o § 6º do art. 5º, que condiciona a instalação de ERB que envolva supressão de vegetação ou intervenção em Área de Preservação Permanente à prévia autorização da Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente; f) o § 7º do art. 5º, que prevê a necessidade de prévia audiência dos órgãos de preservação do patrimônio competentes em se tratando de instalação de ERB em imóveis tombados; g) o art. 6º, que admite a instalação de ERB independentemente da regularidade do imóvel onde será instalada, desde que asseguradas as condições de segurança, estabilidade e salubridade da edificação.

Com relação à instalação de estação rádio-base móvel e estação rádio-base de pequeno porte a propositura estabelece que independem de prévia emissão de licenças ou autorizações, bastando o cadastramento eletrônico junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Vê-se, assim, que o projeto se insere no âmbito do Direito Urbanístico que assegura ao Município autonomia para legislar sobre assuntos de interesse local e promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano (CF, art. 30, VIII), e, ainda, executar a política de desenvolvimento urbano, de acordo com as diretrizes fixadas pela União (art. 182), bem como suplementar a legislação federal e a estadual no âmbito de sua competência.

Além disso, visando facilitar a instalação de tais equipamentos, necessários à expansão e modernização da rede de telecomunicações na Cidade, a propositura adota procedimento simplificado para o licenciamento dessas estruturas, harmonizando-se, portanto, com as disposições da Lei Federal nº 9.472, de 1997, e da Lei Estadual nº 11.115, de 2000, e da Lei Geral de Antenas, que estabelece normas gerais para a implantação e com o planejamento de infraestrutura de telecomunicações e que qualifica o serviço de



Prefeitura Municipal de Itanhaém

Estância Balneária

Estado de São Paulo

telecomunicações como de utilidade pública e de relevante interesse social (art. 4º, inciso I).

Cabe destacar que, com o advento da tecnologia para as redes móveis de quinta geração, 5G, acredita-se que seja necessária uma quantidade consideravelmente maior de ERBs instaladas para que a tecnologia funcione de acordo com os requisitos mínimos estabelecidos, o que demandará procedimentos de licenciamento mais céleres e simplificados.

Nesse sentido, cumpre salientar que o projeto prevê que o prazo para a emissão de licença para a instalação de estação rádio-base não poderá ser superior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de apresentação do requerimento pela prestadora de serviços de telecomunicações. O órgão responsável pela análise do pedido poderá pedir esclarecimentos, complementação de informações ou a realização de alterações no projeto uma única vez, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias previsto. O prazo ficará suspenso entre a solicitação de informações pelo órgão municipal e a apresentação dos esclarecimentos pela prestadora. O referido prazo poderá ser prorrogado, por até 15 (quinze) dias, caso haja necessidade de realização de consultas ou audiências públicas.

Outro aspecto tratado no projeto é a obrigatoriedade de compartilhamento de infraestrutura por parte das prestadoras de serviços de telecomunicações, em observância às diretrizes estabelecidas na Lei Geral de Antenas. Assim, o projeto define como obrigatório o compartilhamento da capacidade excedente da infraestrutura de suporte, exceto quando houver justificado motivo técnico, remetendo-se o detalhamento dos procedimentos de compartilhamento para a regulamentação.

No setor de telecomunicações, acordos de compartilhamento de rede ocorrem há vários anos, tendo sido especialmente importantes para aumentar a cobertura das redes 3G e 4G.

A implantação da tecnologia 5G e a crescente demanda por parte de usuários, por sua vez, demandarão grandes investimentos para atualização de redes e instalação de novas antenas para viabilizar os objetivos de universalização e massificação dos serviços de telecomunicações.

Nesse contexto, o compartilhamento de infraestrutura passa a ser essencial não só para garantir a universalização do acesso mas também para proporcionar às prestadoras de serviços de telecomunicações a redução de custos de investimento e operação, assim como a diminuição do custo visual no espaço urbano.



Prefeitura Municipal de Itanhaém

Estância Balneária

Estado de São Paulo

Por fim, não posso deixar de assinalar que a pandemia do Coronavírus, que confirmou os efeitos da desigualdade econômica e social existente entre as regiões centrais e periféricas da Cidade, revelou uma outra desigualdade igualmente grave: a profunda diferença de possibilidade de acesso à internet nas várias regiões da Cidade.

Por essa razão, objetivando estimular a universalização de cobertura e garantir o acesso da população aos serviços de telecomunicações, o projeto estabelece incentivos e condições diferenciadas de licenciamento e cadastramento para a instalação de equipamentos necessários à expansão da rede de telecomunicações nos bairros periféricos em que a população enfrenta deficiências de acesso à internet, agravando a desigualdade social e econômica existente entre as regiões centrais e periféricas da Cidade.

Os bairros periféricos menos favorecidos no acesso à internet e, portanto, considerados prioritários para a instalação de tais equipamentos são: Aguapeú, Bairro do Rio Acima, Gaivota-Interior, Jardim Anchieta, Jardim Coronel e Raminho.

Assim, ante a importância das medidas ora propostas, solicito a tramitação da propositura em regime de urgência, nos termos do art. 33 § 1º, da Lei Orgânica do Município de Itanhaém.

Nessas condições, restando justificadas as razões de minha iniciativa e demonstrado o relevante interesse público que ampara a medida, submeto o presente projeto de lei à apreciação dessa Egrégia Casa de Leis, contando com seu indispensável aval.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência os protestos de minha alta consideração.

Atenciosamente,

TIAGO RODRIGUES CERVANTES
Prefeito Municipal

Ao

Excmo. Sr. Vereador Fernando da Silva Xavier de Miranda

DD. Presidente da Câmara Municipal de Itanhaém

Autenticar documento em /autenticidade

com o identificador 670084008300360031003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





Prefeitura Municipal de Itanhaém

Estância Balneária

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI

“Dispõe sobre a instalação de estação rádio base, estação rádio base móvel e estação rádio base de pequeno porte, no Município de Itanhaém, destinadas à operação de serviços de telecomunicações autorizados e homologados pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL.”

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a instalação de estação rádio base (ERB), estação rádio base móvel (ERB móvel) e estação rádio base de pequeno porte (mini ERB), no território do Município de Itanhaém, destinadas à operação de serviços de telecomunicações autorizados e homologados pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, sem prejuízo do atendimento ao disposto na legislação federal vigente.

Parágrafo único. Não estão sujeitos às prescrições previstas nesta Lei os radares militares e civis com propósito de defesa ou controle de tráfego aéreo, bem como as infraestruturas de radionavegação aeronáutica e as de telecomunicações aeronáuticas, fixas e móveis, destinadas a garantir a segurança das operações aéreas, cujo funcionamento deverá obedecer à regulamentação específica.

Art. 2º Para os fins de aplicação desta Lei, ficam adotadas as seguintes definições:

I - estação rádio base (ERB): conjunto de instalações que comporta equipamentos de radiofrequência, destinado à transmissão de sinais de telecomunicações para a cobertura de determinada área, composto por postes, torres, mastros, antenas, contêineres e demais equipamentos necessários à operação de serviços de telecomunicações autorizados e homologados pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL.



Prefeitura Municipal de Itanhaém

Estância Balneária

Estado de São Paulo

II - estação rádio base móvel (ERB móvel): conjunto de instalações que comporta equipamentos de radiofrequência, destinado à transmissão de sinais de telecomunicações, de caráter transitório;

III - estação rádio base de pequeno porte (mini ERB): conjunto de equipamentos de radiofrequência destinado a prover ou aumentar a cobertura ou capacidade de tráfego de transmissão de sinais de telecomunicações para a cobertura de determinada área, apresentando dimensões físicas reduzidas e que seja apto a atender aos critérios de baixo impacto visual, assim considerados aqueles que observam os requisitos previstos no art. 15 do Decreto Federal nº 10.480, de 1º de setembro de 2020;

IV - infraestrutura de suporte: meios físicos fixos utilizados para dar suporte à instalação de redes de telecomunicações, entre os quais postes, torres, mastros, armários, estruturas de superfície e estruturas suspensas;

V - detentora: pessoa física ou jurídica que detém, administra ou controla, direta ou indiretamente, uma infraestrutura de suporte;

VI - prestadora: pessoa jurídica que detém concessão, permissão ou autorização para a exploração de serviços de telecomunicações;

VII - compartilhamento de infraestrutura: cessão, a título oneroso, de capacidade excedente da infraestrutura de suporte, para a prestação de serviços de telecomunicações por prestadoras de outros grupos econômicos;

VIII - capacidade excedente: infraestrutura de suporte instalada e não utilizada, total ou parcialmente, disponível para compartilhamento;

IX - torre: infraestrutura vertical transversal triangular ou quadrada, treliçada, que pode ser do tipo autosuportada ou estaiada;

X - poste: infraestrutura vertical cônica e autosuportada, de concreto ou constituída por chapas de aço, instalada para suportar equipamentos de telecomunicações;

XI - poste de energia ou iluminação: infraestrutura de madeira, concreto, ferro ou alumínio, destinada a sustentar linhas de transmissão de energia elétrica e iluminação pública, que pode suportar também os equipamentos de telecomunicações;



Prefeitura Municipal de Itanhaém

Estância Balneária

Estado de São Paulo

XII - antena: dispositivo para irradiar ou capturar ondas eletromagnéticas no espaço.

Art. 3º A aplicação das disposições desta Lei rege-se pelos seguintes pressupostos:

I - o sistema nacional de telecomunicações compõe-se de bens e serviços de utilidade pública e de relevante interesse social;

II - a regulamentação e a fiscalização de aspectos técnicos das redes e dos serviços de telecomunicações é competência exclusiva da União, sendo vedado aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal impor condicionamentos que possam afetar a seleção de tecnologia, a topologia das redes e a qualidade dos serviços prestados;

III - a atuação do Município não deve comprometer as condições e os prazos impostos ou contratados pela União em relação a qualquer serviço de telecomunicações de interesse coletivo.

Art. 4º Os componentes da ERB, ERB móvel e mini ERB não são considerados área construída ou edificada para fins de aplicação do disposto na legislação de uso e ocupação do solo e no Código de Edificações e Instalações, independentemente do local de sua instalação, não se vinculando ao imóvel onde ocorrerá a instalação.

CAPÍTULO II

DA INSTALAÇÃO DE ESTAÇÃO RÁDIO BASE (ERB)

Art. 5º As estações rádio base (ERB) ficam enquadradas na categoria de equipamento urbano e são consideradas bens de utilidade pública e de relevante interesse social, conforme disposto na Lei Federal nº 13.116/2015 – Lei Geral de Antenas, podendo ser instaladas em todas as zonas de uso do Município, observadas as restrições estabelecidas na Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo, desde que atendam ao disposto nesta Lei.

§ 1º A instalação de ERB em bens privados será permitida mediante a devida autorização do proprietário ou do possuidor do imóvel.

§ 2º A ERB poderá ser instalada em qualquer logradouro, independente da sua largura.



Prefeitura Municipal de Itanhaém

Estância Balneária

Estado de São Paulo

§ 3º Aplicam-se às ERBs os parâmetros de incomodidade estabelecidos na Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo.

§ 4º A instalação de ERB deverá observar os gabaritos e as restrições impostas ao aproveitamento das propriedades localizadas dentro da Zona de Proteção de Aeródromos, estabelecidos nas Portarias DECEA nº 145, nº 146 e nº 147/DGCEA, de 3 de agosto de 2020, do Comando da Aeronáutica, ou outras que venham a substituí-las.

§ 5º Caso necessário, os componentes da ERB deverão receber tratamento acústico para que, no receptor, o ruído não ultrapasse os limites máximos permitidos para cada zona de uso estabelecidos na legislação pertinente, devendo dispor, também, de tratamento antivibratório, de modo a não acarretar incômodo à vizinhança.

§ 6º A instalação de ERB que envolva supressão de vegetação ou intervenção em área de preservação permanente, dependerá de anuência prévia da Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente, conforme regulamentação em decreto.

§ 7º A instalação de ERB em imóveis tombados, bem como em áreas envoltórias de imóveis tombados, dependerá de prévia anuência dos órgãos de preservação do patrimônio competentes.

Art. 6º Será admitida a instalação de ERB independentemente da regularidade do imóvel onde será instalada, desde que asseguradas as condições de segurança, estabilidade e salubridade da edificação.

CAPÍTULO III

DOS PROCEDIMENTOS PARA INSTALAÇÃO DE ESTAÇÃO RÁDIO BASE (ERB)

Art. 7º A instalação de estação rádio base (ERB) dependerá de prévia emissão do respectivo Alvará de Instalação de Equipamentos pela Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano, a ser requerido pela detentora, observadas as normas previstas nesta Lei e no regulamento.

§ 1º O Alvará de Instalação de ERB terá o prazo de validade de 10 (dez) anos, a contar da data de sua expedição, e será renovável, por iguais períodos, desde que apresentado requerimento pela detentora.



Prefeitura Municipal de Itanhaém

Estância Balneária

Estado de São Paulo

§ 2º O Alvará de Instalação de ERB deverá ser renovado sempre que ocorrer a modificação da infraestrutura de suporte da ERB instalada.

§ 3º O requerimento de Alvará de Instalação de Equipamentos, dentre outros previstos em regulamento, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - matrícula atualizada do imóvel em que a ERB será instalada;

II - autorização do proprietário ou possuidor do imóvel no qual será instalada a ERB ou termo de permissão de uso, quando se tratar de instalação em bem público;

III - projeto, devidamente assinado pelo proprietário da ERB e por profissional habilitado, responsável pela sua elaboração e pela instalação da ERB, contendo:

a) informações sobre o lote: dimensões do lote ou sublote; perfil natural do terreno; planta de remembramento ou desdobro, se for o caso e situação sem escala do lote na quadra;

b) a localização de todos os elementos da ERB no imóvel, indicando os parâmetros urbanísticos;

IV - memorial descritivo;

V - atestado técnico ou termo de responsabilidade técnica, emitido por profissional habilitado, quanto à adequação da instalação, notadamente em relação às condições de estabilidade bem como dos componentes da ERB, declarando a observância das normas técnicas em vigor;

VI - Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou Registro de Responsabilidade Técnica - RRT do profissional responsável pela elaboração do projeto e pela execução da instalação da ERB;

VII - anuência do Comando da Aeronáutica - COMAER, declaração de inexigibilidade ou documento equivalente no sentido da ~~inexistência da necessidade de anuência para a instalação~~ emitidos pelo



Prefeitura Municipal de Itanhaém

Estância Balneária

Estado de São Paulo

VIII - anuência dos órgãos de preservação competentes para a instalação de ERB em bens tombados, acompanhado de plantas vistas pelos respectivos órgãos, bem como em áreas envoltórias, de acordo com as respectivas resoluções de tombamento;

IX - comprovante de pagamento do preço público para licenciamento de ERB.

§ 4º O simples protocolo dos requerimentos relativos à ERB não autoriza a sua instalação.

§ 5º As ERBs já licenciadas que apenas alterem características técnicas decorrentes de processo de remanejamento, substituição ou modernização tecnológica, serão dispensadas de novo licenciamento, não caracterizando a ocorrência de modificação para fins de aplicação do § 2º, observado o seguinte:

I - remanejamento é o ato de alterar a disposição, ou a localização dos elementos que compõem uma ERB;

II - substituição é a troca de um ou mais elementos que compõem a infraestrutura de suporte de ERB por outro similar;

III - modernização é a possibilidade de inclusão ou troca de um ou mais elementos que compõem uma ERB, com a finalidade de melhoria da prestação de serviços e/ou eficiência operacional.

§ 6º Será dispensada de novo licenciamento a ERB com padrões e características técnicas equiparadas a anteriores já licenciadas, nos termos da regulamentação da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL.

§ 7º Prescinde do licenciamento previsto no “caput” deste artigo, bastando à detentora comunicar a instalação à Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano, no prazo de 60 (sessenta) dias, contado da data da instalação, o compartilhamento de infraestrutura de suporte para ERB.

Art. 8º O prazo para emissão da licença referida no art. 7º desta Lei não poderá ser superior a 60 (sessenta) dias, contados da data de apresentação do requerimento.

Autenticar documento em /autenticidade
com o identificador 370034003300360031003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP
nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 1º O prazo previsto no “caput” será contado em forma comum nos casos em que for exigida manifestação de mais de um órgão.





Prefeitura Municipal de Itanhaém

Estância Balneária

Estado de São Paulo

§ 2º O órgão responsável pela análise do pedido poderá solicitar, uma única vez, esclarecimentos, complementação de informações ou a realização de alterações no projeto original, respeitado o prazo previsto no “caput” deste artigo.

§ 3º O órgão municipal competente poderá indeferir motivadamente o pedido se a solicitação indicada no § 2º não for atendida.

§ 4º O curso do prazo fixado no “caput” deste artigo ficará suspenso durante a pendência do atendimento, pelo interessado, das exigências feitas no “comunique-se”.

§ 5º O prazo previsto no “caput” poderá ser prorrogado, por até 15 (quinze) dias, caso haja necessidade de realização de consulta ou audiência pública durante o processo de licenciamento.

§ 6º Caso o prazo previsto no “caput” deste artigo tenha decorrido sem decisão do órgão municipal competente, a requerente ficará autorizada a realizar a instalação da ERB em conformidade com as condições do requerimento apresentado e com as regras previstas na legislação municipal, estadual e federal pertinente.

§ 7º Na hipótese de descumprimento das condições estipuladas no requerimento ou na legislação, o órgão municipal competente poderá cassar, a qualquer tempo, a licença prevista no “caput”.

§ 8º Caberá recurso administrativo com efeito suspensivo da decisão de que trata o § 7º.

CAPÍTULO IV

DA INSTALAÇÃO DE ESTAÇÃO RÁDIO BASE MÓVEL (ERB MÓVEL) E ESTAÇÃO RÁDIO BASE DE PEQUENO PORTE (MINI ERB)

Seção I

Condições Gerais para a Instalação

Art. 9º A estação rádio base móvel (ERB móvel) e a estação rádio base de pequeno porte (mini ERB) são consideradas bens de utilidade pública, e sua instalação é autorizada, conforme disposto na Lei Federal nº 13.116/2015 – Lei Geral de Antenas, podendo ser instalada em todas as zonas de uso do Município, observado o disposto nesta Lei.



Prefeitura Municipal de Itanhaém

Estância Balneária

Estado de São Paulo

§ 1º A instalação de ERB móvel e mini ERB em bens privados será permitida mediante a devida autorização do proprietário ou do possuidor do imóvel.

§ 2º A instalação de ERB móvel e de mini ERB poderá ser realizada em qualquer lote, independentemente do logradouro para o qual faça frente.

§ 3º Será admitida a instalação de ERB móvel e de mini ERB independentemente da regularidade do imóvel onde será instalada.

Art. 10. A instalação de ERB móvel e de mini ERB poderá ser realizada em imóveis tombados, mediante prévia autorização dos órgãos de preservação do patrimônio competentes.

Parágrafo único. Em decorrência das dimensões físicas reduzidas e do atendimento aos critérios de baixo impacto visual de que trata o art. 15 do Decreto Federal nº 10.480, de 1º de setembro de 2020, após o cadastramento ou emissão do termo de permissão de uso, quando se tratar de bem público, poderá ser realizada a instalação de ERB móvel e de mini ERB em áreas envoltórias de bens tombados.

Seção II

Dos Procedimentos para Instalação de Estação Rádio Base Móvel (ERB Móvel) e de Estação Rádio Base de Pequeno Porte (Mini ERB)

Art. 11. A instalação de ERB móvel e de mini ERB dependerá de prévio cadastramento eletrônico junto à Secretaria de Desenvolvimento Econômico e independem de emissão prévia de licenças ou autorizações.

§ 1º O cadastramento prévio será realizado por meio de requerimento padronizado endereçado ao Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, observadas as normas e documentos a serem definidos em regulamento.

§ 2º O cadastramento a que se refere o “caput” deste artigo, de natureza autodeclaratória, consubstancia autorização do Município para a instalação de ERB móvel e de mini ERB, no ato do protocolo do requerimento acompanhado dos documentos necessários, tendo por base as



Prefeitura Municipal de Itanhaém

Estância Balneária

Estado de São Paulo

§ 3º A permanência máxima de ERB móvel no mesmo local é de 90 (noventa) dias para cobrir demandas específicas, sendo prorrogável, por igual período, até, no máximo, 180 (cento e oitenta) dias.

§ 4º O cadastramento eletrônico de ERB móvel e mini ERB deverá ser renovado a cada 5 (cinco) anos ou quando ocorrer a modificação do equipamento instalado.

Art. 12. Prescindem do cadastramento prévio previsto no art. 11, bastando à detentora comunicar a instalação à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, no prazo de 60 (sessenta) dias, contado da data da instalação:

I - o compartilhamento de infraestrutura de suporte para estação rádio base de pequeno porte (mini ERB) já cadastrada perante o Município;

II - a instalação de ERB móvel ou de mini ERB nos seguintes bens municipais, desde que tenha sido outorgada a permissão de uso:

- a) mobiliários urbanos concedidos;
- b) postes de iluminação pública;
- c) câmeras de monitoramento de trânsito;
- d) câmeras de vigilância e monitoramento.

CAPÍTULO V

DA INSTALAÇÃO DE ESTAÇÃO RÁDIO BASE (ERB), ESTAÇÃO RÁDIO BASE MÓVEL (ERB MÓVEL) E ESTAÇÃO RÁDIO BASE DE PEQUENO PORTE (MINI ERB) EM BENS PÚBLICOS MUNICIPAIS

Art. 13. A utilização de bens públicos municipais de uso especial ou dominicais para instalação de infraestrutura de suporte para estação rádio base (ERB), estação rádio base móvel (ERB móvel) e estação rádio base de pequeno porte (mini ERB) poderá ser admitida mediante permissão de uso onerosa, da qual deverão constar as cláusulas convencionais e o atendimento aos parâmetros de ocupação do bem.



Prefeitura Municipal de Itanhaém

Estância Balneária

Estado de São Paulo

§ 1º O valor da retribuição pelo uso do bem municipal e as condições de uso serão fixados em regulamento próprio, observado o previsto nesta Lei.

§ 2º Na hipótese de compartilhamento da infraestrutura, a retribuição mensal será multiplicada pelo número de prestadoras de serviços de telecomunicações que compartilharem a infraestrutura.

Art. 14. Nos bens públicos de uso comum do povo, a permissão de uso para instalação de infraestrutura de suporte para ERB, ERB móvel e mini ERB será outorgada pelo Município a título não oneroso, nos termos da legislação federal.

CAPÍTULO VI

DAS RESTRIÇÕES DE INSTALAÇÃO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Art. 15. Visando à proteção da paisagem urbana a instalação de ERB, ERB móvel e mini ERB, em bens privados ou bens públicos de uso especial ou dominicais, deverá atender a distância de 4,00m (quatro metros) do alinhamento frontal, 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) das divisas laterais e 2,00m (dois metros) de fundo, em relação às divisas do imóvel ocupado, contados a partir do eixo para a instalação de postes ou da face externa da base para a instalação de torres.

§ 1º Poderá ser autorizada a instalação de ERB, ERB móvel e mini ERB sem observância das limitações previstas no “caput” deste artigo, nos casos de impossibilidade técnica para prestação dos serviços, compatíveis com a qualidade exigida pela União, devidamente justificada junto ao órgão municipal competente, mediante laudo que justifique detalhadamente a necessidade de instalação e os prejuízos pela falta de cobertura no local.

§ 2º As restrições estabelecidas no “caput” deste artigo não se aplicam à ERB e à mini ERB, edificados ou a edificar, implantadas no topo de edificações.

Art. 16. A instalação de abrigos de equipamentos da ERB é admitida, desde que respeitada a distância de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) das divisas do lote.

Autenticar documento em /autenticidade
com o identificador 370034003300360061003A05000, Documento assinado digitalmente conforme MP
nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

containers e mastros, no topo e fachadas de edificações, obedecendo às
limitações das divisas do terreno que contém o imóvel, não podendo ter projeção





Prefeitura Municipal de Itanhaém

Estância Balneária

Estado de São Paulo

vertical que ultrapasse o limite da edificação existente para o lote vizinho, quando a edificação ocupar todo o lote próprio.

CAPÍTULO VII

DO COMPARTILHAMENTO DE INFRAESTRUTURA

Art. 18. Conforme previsto na Lei Federal nº 13.116, de 20 de abril de 2015, é obrigatório o compartilhamento da capacidade excedente da infraestrutura de suporte, exceto quando houver justificado motivo técnico, sendo que a construção e a ocupação da infraestrutura de suporte devem ser planejadas e executadas com vistas a permitir seu compartilhamento pelo maior número possível de prestadoras de serviços de telecomunicações.

Parágrafo único. As condições sob as quais o compartilhamento poderá ser dispensado são as determinadas na regulamentação federal específica.

CAPÍTULO VIII

DA FISCALIZAÇÃO E DAS PENALIDADES

Art. 19. Nenhuma ERB, ERB móvel ou mini ERB poderá ser instalada sem o prévio alvará ou cadastro nos termos desta Lei, ressalvadas as exceções previstas no § 7º do art. 7º e no art. 12.

Art. 20. A ação fiscalizatória da instalação de estação rádio base (ERB), de competência da Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano, e da instalação de estação rádio base móvel (ERB móvel) e estação rádio base de pequeno porte (mini ERB), de competência da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, deverá ser desenvolvida de ofício ou mediante notícia de irregularidade, observado o procedimento estabelecido neste Capítulo.

Art. 21. Constatado o desatendimento das obrigações e exigências legais, a detentora ficará sujeita às seguintes medidas:

I - no caso de ERB previamente licenciada e de ERB móvel ou mini ERB previamente cadastradas:

a) intimação para remoção ou regularização no prazo de 30 dias, sob pena de aplicação de multa diária de 0,5% (cinco por cento) sobre o valor da licença, a partir do 1º dia de atraso, até a regularização ou remoção, não podendo ultrapassar 50% (cinquenta por cento) do valor da licença. O não atendimento da intimação em prazo de 30 dias, após a aplicação da multa, sujeitará a detentora a aplicação de multa diária de 0,5% (cinco por cento) sobre o valor da licença, a partir do 1º dia de atraso, até a regularização ou remoção, não podendo ultrapassar 50% (cinquenta por cento) do valor da licença.

Autenticar documento em /autenticidade

com o identificador 370034003300360031003A005000. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





Prefeitura Municipal de Itanhaém

Estância Balneária

Estado de São Paulo

b) não atendida a intimação de que trata a alínea “a” deste inciso, nova intimação para a retirada da instalação no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do seu recebimento, com a concomitante aplicação de multa no valor estipulado no inciso III do “caput” deste artigo;

II - no caso de ERB, ERB móvel ou mini ERB instalada sem o prévio alvará ou do cadastro tratado nesta Lei:

a) intimação para remoção ou regularização no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do seu recebimento, com a concomitante aplicação de multa no valor estipulado no inciso III do “caput” deste artigo;

b) não atendida a intimação de que trata a alínea “a” deste inciso, nova intimação para a retirada da instalação ou do equipamento no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do seu recebimento, com a concomitante aplicação de multa no valor estipulado no inciso III do “caput” deste artigo;

III - observado o previsto nos incisos I e II do “caput” deste artigo, a detentora ou prestadora ficará sujeita à aplicação de multa no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

§ 1º Os valores mencionados no inciso III do “caput” deste artigo serão atualizados anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou por outro índice que vier a substituí-lo.

§ 2º A multa será renovável a cada 30 (trinta) dias, enquanto perdurarem as irregularidades.

Art. 22. Na hipótese de não regularização ou de não remoção de EBR, EBR móvel ou mini EBR ou dos equipamentos destinados à operação de serviços de telecomunicações por parte da detentora ou prestadora, a Prefeitura poderá adotar as medidas para remoção, cobrando da infratora, em dobro, os custos correlatos com remoção, transporte e locação, sem prejuízo da aplicação das multas e demais sanções cabíveis.

Art. 23. As notificações e intimações deverão ser encaminhadas à detentora ou prestadora por mensagem em endereço eletrônico indicado no requerimento da licença ou no cadastro, quando houver.

Autenticar documento em /autenticidade
com o identificador 370034003300360031003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP
nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil,

Art. 24. Os profissionais habilitados técnicos responsáveis, nos limites de sua atuação, respondem pela correta instalação e





Prefeitura Municipal de Itanhaém

Estância Balneária

Estado de São Paulo

manutenção da ERB, ERB móvel e mini ERB, segundo as disposições desta Lei, de seu decreto regulamentar e das Normas Técnicas - NTs vigentes, bem como por qualquer sinistro ou acidente decorrente de deficiências de projeto, execução, instalação e manutenção.

Parágrafo único. Caso comprovada a inveracidade dos documentos e informações apresentados pelos profissionais habilitados e técnicos responsáveis, bem como a deficiência do projeto, execução, instalação e manutenção em razão da atuação ou omissão desses profissionais, a Prefeitura bloqueará o seu cadastramento por até 5 (cinco) anos em novos processos de licenciamento, comunicando o respectivo órgão de classe.

Art. 25. O limite máximo de emissão de radiação eletromagnética, considerada a soma das emissões de radiação de todos os sistemas transmissores em funcionamento em qualquer localidade do Município, será aquele estabelecido em legislação federal para exposição humana.

Parágrafo único. Em se constatando indício de irregularidades quanto aos limites legais de exposição humana a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos, deverá ser oficiado o órgão regulador federal de telecomunicações, nos moldes do que determina o § 2º do art. 18 da Lei Federal nº 13.116, de 2015.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 26. O preço público para licenciamento e cadastramento será pago no ato do protocolo do respectivo requerimento, cujo valor será fixado em decreto.

Art. 27. As ERBs, ERBs móveis e mini ERBs que estiverem instaladas na data de publicação desta Lei, e que não estejam ainda devidamente licenciadas ou cadastradas perante o Município nos termos desta Lei, deverão a ela se adequar, apresentando o requerimento do alvará ou realizando o pertinente cadastramento no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da publicação do decreto regulamentar.

§ 1º Verificada a impossibilidade de adequação, a detentora deverá apresentar laudo técnico que demonstre a necessidade de manutenção da ERB, ERB móvel e mini ERB, segundo as disposições desta Lei, de seu decreto regulamentar e das Normas Técnicas - NTs vigentes, bem como por qualquer sinistro ou acidente decorrente de deficiências de projeto, execução, instalação e manutenção.



Prefeitura Municipal de Itanhaém

Estância Balneária

Estado de São Paulo

§ 2º Durante o prazo previsto no “caput” deste artigo, não poderá ser aplicada sanção administrativa à detentora responsável pela ERB, ERB móvel ou mini ERB, mencionadas no “caput”, motivadas pela falta de cumprimento da presente Lei.

§ 3º Após o prazo previsto no “caput” deste artigo, no caso de não regularização da ERB, ERB móvel ou mini ERB perante o Município ou apresentação do laudo técnico que demonstre a necessidade da permanência da ERB, serão aplicadas as penalidades previstas no Capítulo VIII desta Lei.

Art. 28. Em casos eventuais de necessidade de remoção de uma ERB, a detentora terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da comunicação da necessidade de remoção pela Prefeitura, para protocolar o pedido de alvará para a ERB que substituirá a estação a ser remanejada.

Parágrafo único. A remoção da ERB deverá ocorrer em no máximo 180 (cento e oitenta) dias a partir da emissão do respectivo Alvará de Instalação de Equipamentos.

Art. 29. A Prefeitura, como forma de viabilizar a expansão da cobertura dos serviços de telecomunicações estabelecerá incentivos e condições diferenciadas de licenciamento e cadastramento para a instalação de ERB, ERB móvel e mini ERB em bairros prioritários.

§ 1º Os bairros prioritários para a instalação de ERB, ERB móvel e mini ERB são os seguintes:

I - Aguapeú;

II - Bairro do Rio Acima;

III - Gaivota-Interior;

IV - Jardim Anchieta;

V - Jardim Coronel; e

VI - Raminho.

Autenticar documento em /autenticidade
com o identificador 3700340033003608310034005000. Documento assinado digitalmente conforme MP
nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

mini ERB nos bairros prioritários protocolados nos primeiros 24 (vinte e quatro) meses após a regulamentação desta Lei, ficarão dispensados do pagamento do





Prefeitura Municipal de Itanhaém

Estância Balneária

Estado de São Paulo

preço público para licenciamento e cadastramento de que trata o art. 26 desta Lei.

§ 3º Nos primeiros 24 (vinte e quatro) meses após a regulamentação desta Lei, os equipamentos autorizados a se instalar em bens públicos municipais de uso especial ou dominicais localizados nos bairros prioritários ficarão dispensados do valor da retribuição pelo uso do bem municipal, durante os 2 (dois) primeiros anos da permissão de uso de que trata o art. 13 desta Lei.

§ 4º As prestadoras de serviços de telecomunicações terão prazo de 90 (noventa) dias, após o licenciamento ou cadastramento, para instalação completa da ERB autorizada, sob pena de perda da validade da autorização para instalação, ficando vedada a utilização dos benefícios deste artigo no mesmo local em eventual nova solicitação.

§ 5º No período de até 5 (cinco) anos após a publicação desta Lei, o Poder Executivo poderá, por decreto, restabelecer os benefícios deste dispositivo para a instalação de equipamentos nos bairros prioritários, podendo incluir novos bairros prioritários que demonstrarem deficiência de cobertura para a execução dos serviços públicos, bem como excluir aqueles bairros que já estiverem com cobertura de serviços adequada.

Art. 30. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Itanhaém, em 18 de outubro de 2024.


TIAGO RODRIGUES CERVANTES
Prefeito Municipal